



O problema dos paradigmas nas práticas jornalísticas

*The problem of paradigms
in journalistic practices*

Djenane Arraes Moreira

Jornalista, doutoranda em Comunicação e Jornalismo pelas Universidade de Brasília (UnB) e Université Libre de Bruxelles (ULB). Orientanda dos professores doutores Gustavo de Castro da Silva e Florence Le Cam. Integrante do Centro Interdisciplinar de Pesquisa ReSIC – ULB. Bolsista da Capes. djenanearraes@gmail.com

Gustavo de Castro da Silva

Jornalista, professor de Estética da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), coordenador da linha de pesquisa Imagem, Estética e Cultura Contemporânea, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordenador do grupo de estudo em Comunicação e Produção Literária (UnB/CNPq). Bolsista de produtividade de pesquisa (PQ-2). gustavocastroesilva@gmail.com



Resumo

O jornalismo é uma atividade cujos estudiosos apontam possuir os próprios paradigmas. Mas existe ciência nessas afirmações? Este artigo tem como objetivo traçar um percurso teórico-histórico sobre o conceito de paradigma. Partimos da popularização do termo com a publicação da obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1998), do físico estadunidense Thomas Kuhn. Por meio de uma revisão bibliográfica, mostramos como o conceito foi problematizado e remodelado no âmbito das ciências sociais e, em especial, pelos estudiosos do jornalismo, entre eles Jean Charron e Jean De Bonville, que criaram a teoria dos paradigmas do jornalismo. Nossa conclusão aponta para a necessidade da apropriação do termo pelos estudiosos do jornalismo a fim de dar legitimidade acadêmica a essa prática social.

Palavras-chave: Thomas Kuhn. Paradigmas do Jornalismo. Estudos de Jornalismo, Jean Charron. Jean De Bonville.

Abstract

Journalism is an activity whose scholars point to having its own paradigms. But is there science in these claims? This article aims to outline a theoretical-historical path about the concept of paradigm. We started with the popularization of the term with the publication of the book *The Structure of Scientific Revolutions* (1998), by the American physicist Thomas Kuhn. Through a bibliographic review, we show how the concept was problematized and remodeled in the scope of social sciences and, in particular, by scholars of journalism, among them Jean Charron and Jean De Bonville, who created the theory of journalism paradigms. Our conclusion points to the need for the appropriation of the term by scholars of journalism in order to give academic legitimacy to this social practice.



Keywords: Thomas Kuhn. Paradigms of Journalism.
Journalism Studies, Jean Charron. Jean De Bonville.



1 Introdução

Inicialmente, paradigma era um conceito da linguística usado sobretudo pelo filósofo suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) para definir a relação estrutural entre os elementos da linguagem. Em 1962, o físico e filósofo estadunidense Thomas Kuhn (1922-1996), na obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*, ressignificou o conceito usado por Saussure e o transformou em um pressuposto filosófico das ciências. O livro de Kuhn, com linguagem simples e acessível, extravasou a esfera acadêmica e tornou-se uma obra popular, que vendeu mais de 1,4 milhão de cópias e foi citada em mais de 18 mil livros, segundo informações do jornal *The Guardian*¹. O termo “paradigma” também ganhou o senso comum e virou verbete de dicionário. Segundo definições fornecidas pela rede de buscas Google, paradigma é um substantivo masculino que serve para designar um exemplo ou modelo padrão. Sendo entendido dessa forma pelo senso comum, o termo paradigma passou a ser aplicado nos mais diversos campos e temas. Na atualidade, pode-se entender paradigma como uma metodologia educacional aplicada em um determinado tempo e lugar; práticas de exercícios físicos; modos de entender a espiritualidade, entre outros.

O uso vulgarizado do termo provocou, na verdade, o esvaziamento de significado. Se o paradigma passou a ser entendido como um mero modelo para qualquer coisa, significa dizer que ele também deixou de ser um pressuposto filosófico da ciência. Todavia, será que deixou mesmo? O senso comum é uma forma de conhecimento, mas também é um objeto da pesquisa científica. O que se compreende por uma via não deve ser olhado da mesma forma pela outra. Essa é a razão pela qual este artigo tem o objetivo de revisar o conceito de Thomas Kuhn como um pressuposto filosófico das ciências, compreender os percursos nas ciências sociais e, por fim, entender a aplicação do paradigma nos estudos das transformações do jornalismo, em especial a pesquisa desenvolvida pelos estudiosos canadenses Jean Charron e Jean De Bonville (2016).

¹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2016/jun/20/100-best-nonfiction-books-all-time-thomas-s-kuhn-structure-of-scientific-revolutions-paradigm-shift>. Acesso em: março de 2021.

2 Paradigma segundo thomas kuhn

De acordo com Thomas Kuhn (1998), um paradigma é o conjunto de tradições e métodos partilhados por uma determinada comunidade científica. É o modo pelo qual um grupo de pesquisadores vai proceder para obter as respostas de problemas levantados e, também, para que essas mesmas respostas possam ser validadas pelos pares. A comunidade científica, segundo Kuhn (1998), é formada por praticantes de uma especialidade da ciência que partilha de uma formação educacional e profissional similares. É o processo em que essa comunidade terá acesso a uma mesma literatura e dela retira as lições de como olhar para os respectivos objetos de pesquisa.

O paradigma é um horizonte estruturante que põe em ordem os fenômenos e permite à comunidade dos cientistas situar-se na realidade, compreendê-la e comunicá-la. Ele proporciona aos cientistas problemas solucionáveis e, ao mesmo tempo, as regras, o passo a passo das soluções, exigindo deles, previamente, um conjunto de adesões conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais: eles devem comprometer-se sempre, necessariamente e sem maiores questionamentos com determinados tipos de instrumentos científicos e com certos modos de utilizá-los, com determinadas concepções metafísicas acerca da constituição do universo e dos modos de abordá-lo (SILVA NETO, 2011).

Kuhn (1998) defende que um paradigma significa que uma comunidade científica atingiu um patamar de maturidade teórico-metodológico para resolver um determinado problema. As estruturas foram estabelecidas, tal como as filiações teóricas e as respectivas metodologias. Perceba que tal como era entendida desde o pensamento de Saussure, a palavra “estrutura” é fundamental para a compreensão daquilo que é estabelecido como paradigma. Em alusão à construção de uma casa, um paradigma seria a base, as colunas e as vigas.



Não significa, porém, que, uma vez estabelecido um paradigma, ele se torne permanente. Por vezes, uma comunidade científica pode entender que uma maneira de se fazer a base de uma construção não vai atender às características de um determinado campo, e que seria necessário o desenvolvimento de novos materiais e novas maneiras de edificar. Em termos “Kuhnianos”, isso acontece mediante às anomalias e aos novos fenômenos que objetos ou fenômenos apresentam.

As anomalias não necessariamente vão trazer uma mudança de paradigma, mas podem impactar no sentido de forçarem transformações, adaptações e atualizações em teorias, métodos e instrumentos utilizados na prática da ciência. No entanto, quando o paradigma vigente fracassa em solucionar as questões levantadas pela presença de certas anomalias, a comunidade científica é forçada a entender que o conjunto de regras que seguia não é mais adequado para a compreensão do problema. É preciso criar outro conjunto de teorias, de regras e de instrumentos para resolver as novas questões. É a chamada crise, e essa pode impactar na mudança de um paradigma.

Para Kuhn (1998), as crises no paradigma podem ser encerradas de três maneiras: ou a ciência normal² se mostra capaz de responder o problema; ou a ciência normal detecta o problema, mas opta por deixá-lo de lado e coloca a responsabilidade nas futuras gerações que, teoricamente, trabalharão em melhores condições técnicas e tecnológicas; ou um novo paradigma emerge após uma árdua batalha. As mudanças são, antes de tudo, “[...] reconstruções na área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos dos seus métodos e aplicações” (KUHN, 1998, p. 116). A mudança de paradigma é entendida como uma revolução científica.

A Estrutura das Revoluções Científicas, de Thomas Kuhn, como mencionado na introdução deste capítulo, teve grande repercussão na academia e fez com que o conceito de paradigma fosse

² De acordo com Kuhn (2009, p. 29), ciência normal é aquela baseada em uma ou mais realizações científicas passadas e reconhecidas pela comunidade científica.



incorporado pelo senso comum. Contudo, a obra provocou muitas contestações e críticas, porque o físico estadunidense trazia uma perspectiva naturalista para pensar a ciência. Kuhn não era um positivista lógico e desacreditava na neutralidade da ciência, em métodos indutivos para descobertas, e na linearidade do conhecimento científico: ideias que dominavam a filosofia da ciência estadunidense até a década de 1950.

A obra *Criticism and the Growth of Knowledge*, editada por Imre Lakatos e Alan Musgrave, traz textos de diversos pensadores da filosofia da ciência que criticaram e contestaram as proposições de Thomas Kuhn. O livro apresenta o artigo *A Ciência Normal e Seus Perigos*, de Karl Popper (1979), que se tornou famoso também por ser opositor aguerrido às ideias de Kuhn. Vale lembrar que Karl Popper é um filósofo cuja principal teoria é de que a ciência progride por meio de “palpites”, que são as tentativas de soluções via conjecturas, que por sua vez são controladas por meio de refutações. O método científico, para Popper, distingue a ciência de todas as outras atividades humanas. A ciência representa a meta para qual devem tender todas as atividades que pretendem conhecimento. Os cientistas, na visão de Popper, são pesquisadores críticos que estão sempre colocando as teorias à prova. É uma visão oposta à de Kuhn, que diz que o cientista, na verdade, possui tendência a proteger a teoria, pelo menos enquanto essa continuar a fornecer respostas satisfatórias ao problema.

Popper reconhece que há sentido na chamada “ciência normal” (o próprio paradigma em vigor, segundo Kuhn), que ele considera como um estágio dogmático da própria ciência. Popper (1979) defende a importância de se ter diversas teorias científicas coexistindo e competindo ao mesmo tempo: “A negação dessa possibilidade seria um equívoco” (POPPER, 1979, p. 70). Ele também argumenta que as proposições de Kuhn quanto à classificação dos cientistas entre “normal” e “extraordinário” (aquele por quem passa a revolução científica), tal como os preceitos do paradigma, parece-lhe ser bem aplicado na Astronomia, na qual é possível identificar uma linearidade de pensamento, mas não às demais ciências que comportam múltiplas teorias.



O sociólogo britânico Nick Perry (1977) parte da obra *Criticism and the Growth of Knowledge* para também fazer as próprias críticas a Kuhn. De acordo com Perry, o conceito de paradigma diria respeito a valores, e não às regras aceitas por uma determinada comunidade científica. “Cientistas que compartilham de valores comuns, e não necessariamente os aplicam da mesma forma; essa variabilidade é fundamental para o avanço da ciência” (PERRY, 1977, p. 40, tradução nossa³). Para o autor, as proposições de Kuhn fazem a ciência aproximar-se de proposições teológicas, no sentido de ser entendida como uma crença e um conjunto de valores a serem seguidos. É quando a ciência se torna uma espécie de religião.

Kuhn (1979) respondeu aos críticos na mesma obra. O físico observou que os colegas deram importância excessiva às definições dos termos “ciência normal” e “ciência extraordinária”, mas não ao processo ligado a eles. Ele elucidou que ciência normal não é estática ou dogmática, mas sim um processo acumulativo e que comporta uma série de pequenas mudanças e avanços que não necessariamente configuram (ainda) na ruptura do próprio paradigma. O físico argumentou que ele próprio não saberia responder se um determinado momento da ciência foi um movimento “normal” ou “revolucionário”, porque, para se ter tal clareza, seria necessário o auxílio da perspectiva histórica (comparações diacrônicas) para interpretá-lo.

Se usarmos a perspectiva histórica, que paradigmas na ciência encontraremos? Dentro de uma visão macro das ciências em geral, o primeiro paradigma, segundo a visão historicista de Boaventura Santos (1988), seria azeitado dentro de uma perspectiva racionalista e empirista. É o chamado “paradigma dominante”, o qual sucede o pensamento filosófico aristotélico contaminado com as intervenções dogmáticas e autoritárias da Igreja Católica durante a Idade Média. A era da racionalidade científica do mundo Moderno, baseada na observação da realidade e na prova (empirismo e

³ Do original: “Scientists who share common values do not all apply them in the same way; such variability is essential to scientific advance.”



experimentação) é iniciada a partir de uma revolução no século XVI, com a contribuição de diversos cientistas e pensadores daquela época.

O paradigma dominante ergue bases a partir do conhecimento científico e metodológico de Francis Bacon (1561-1626), na matemática de René Descartes (1596-1650), nas descobertas de Nicolau Copérnico (1473-1543), Galileu Galilei (1564-1642), Johannes Kepler (1571-1630) e, no século seguinte, nas revolucionárias leis da física de Isaac Newton (1643-1727). O pensamento racional e mecanicista nega as outras formas de conhecimento, como o senso comum e, de acordo com Santos (1988), configura-se em uma lógica totalitária de que o conhecimento precisa necessariamente se pautar em princípios epistemológicos e regras metodológicas. “Esta é a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem” (SANTOS, 1988, p. 1).

É no século XVIII que são desenvolvidos os princípios da ciência experimental que, ainda em meio às ciências da natureza, fazem com que as descobertas “em laboratório” possam ter aplicações práticas (desenvolvimento da tecnologia). “A pesquisa fundamental, cujo objetivo é conhecer pelo próprio conhecimento, é acompanhada pela pesquisa aplicada, a qual visa a resolver problemas concretos” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 25). O impacto dessa nova forma de pensar ciência resultou nos inúmeros avanços em diversos campos: transporte, saúde, agrícola, manufatureiro etc.

O paradigma positivista e a aplicação nas ciências humanas nascem em meio às intensas transformações nos séculos XVIII e XIX, as quais trazem consigo os conceitos de empirismo, de objetividade⁴, de experimentação, de validação de resultados e de aplicação de leis nas ciências naturais. De acordo com Santos (1988), foi o sociólogo francês Emile Durkheim, o fundador da

⁴ A objetividade diz que o sujeito pesquisador não deve influenciar e nem ser influenciado pelo objeto de estudo, não deve intervir nesse objeto, e deve adotar procedimentos que eliminem ou reduzam, ao mínimo, os efeitos não controlados dessas intervenções (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 27). O paradigma da objetividade vai impactar no jornalismo no início do século XX, como veremos adiante.



sociologia acadêmica com traços positivistas, que defendeu o estudo da sociedade limitando os fatos sociais às dimensões externas, observáveis e mensuráveis.

O paradigma positivista é enfraquecido no século XX, quando uma segunda vertente de como se fazer ciência social ganha força. É um caminho que advoga que as ciências sociais, por sua natureza subjetiva, precisam ter métodos próprios e distintos dos demais campos científicos, pois a natureza humana também é subjetiva, e não pode ser descrita por critérios objetiváveis (SANTOS, 1988). Por essa razão, as ciências humanas carecem de epistemologias e métodos investigativos diferentes das ciências da natureza, dando preferência aos estudos qualitativos “[...] com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e monoético” (SANTOS, 1988, não paginado).

Essa vertente dará origem a um paradigma emergente, com forte influência da fenomenologia: corrente de pensamento filosófica iniciada pelo filósofo e matemático Edmund Husserl no início do século XX. A fenomenologia estuda os objetos como são em si mesmos, e não com cenários tipificados de como deveriam ser. Para Michel Maffesoli (1998), a preguiça e até a falta de segurança transmitidos pelos sistemas hegemônicos da ciência são uma razão para voltar o olhar a uma outra perspectiva. É preciso “[...] reconhecer que não há um sentido estabelecido de uma vez por todas, mas, muito pelo contrário, uma pluralidade de situações pontuais e que podem variar de um momento ao outro” (MAFFESOLI, 1998, p. 170).

A crítica de Maffesoli em relação aos apegos de uma comunidade de pesquisadores que seguem uma determinada linha teórica faz todo sentido. Trata-se de uma atitude cômoda que procura universalizar a ciência humana, que é cheia de complexidades, que apresenta variações de lugar para lugar, e que está em constante movimento. O jornalismo é uma atividade social praticada de maneiras diferentes ao longo da história, e que também apresenta variações significativas nas diferentes



localidades. Por mais que estudiosos procurem universalizá-lo, a observação e as pesquisas comparativas são capazes de demolir tal percepção.

3 Paradigmas nas ciências sociais

O nascimento e desenvolvimento das Ciências Sociais foi um gatilho para que surgisse um novo paradigma, chamado de emergente. Esse passou a coexistir e a concorrer com o paradigma anterior, chamado de dominante, aplicado às ciências da natureza. Essa, porém, é uma interpretação sob a perspectiva histórica que pouco tem relação com a aplicação e a adaptação do conceito de paradigma de Kuhn nas ciências sociais. A respeito disso, o filósofo brasileiro Jesus de Paula Assis (1993) faz uma revisão desse processo, 30 anos após o lançamento da obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*, colocando os estranhamentos e as distorções que o conceito sofreu por parte dos epistemólogos das ciências sociais e, por seguinte, a apropriação do termo do senso comum.

Assis (1993), recorrendo às palavras do próprio Kuhn, explica que as distorções são inevitáveis. Teorias concorrentes ou coexistentes, por mais que tenham pontos em comum, possuem um vocabulário próprio, um jeito de compreensão de mundo que lhes é único. Isso faz com que uma corrente teórica não consiga traduzir e/ou interpretar a outra “sem resto ou perdas”. Todavia, não foi isso que aconteceu nas ciências sociais, mais especificamente nas diversas áreas de concentração que a compõem. Para Assis (1993), boa parte das distorções não foram um mérito de interpretação equivocada sobre o trabalho de Kuhn, mas o resultado do anseio de que certas áreas de concentração fossem reconhecidas como científicas. “Surgiram deformações de sentido que pretenderam tornar a política em ciência paradigmática, descobrir paradigmas que regem o trabalho sociológico, encontrar paradigmas na religião etc.” (ASSIS, 1993, p. 146-147).

Dentro do ambiente social e acadêmico, mostrar-se científico é uma questão de credibilidade e respeito. Para certas áreas, mais do que respeito, parecer científico ou tornar-se científico tornou-se



fundamental para a própria sobrevivência da pesquisa, sobretudo para a aquisição de recursos e de financiamentos de pesquisadores e até mesmo de departamentos inteiros. Kuhn, na visão de Assis (1993), foi um autor utilizado pelos cientistas sociais, primeiro, por ser um naturalista e opositor ao positivismo lógico. Segundo, por reconhecer as ciências também como sociais, embora dissesse que essas estavam em outro “grau” em relação às ciências da natureza. Para Assis, dependendo do modo como se interpreta o pensamento kuhniano, as diferenças de “graus” podem ser anuladas, assim as duas grandes áreas ficariam em pé de igualdade em termos metodológicos. Daí o motivo pelo qual o conceito de paradigma ficou atraente e amplamente usado e adaptado nas ciências sociais, extrapolando, posteriormente, para o senso comum.

Durante a nossa revisão teórica, encontramos duas situações de uso do conceito de paradigma. A primeira situação foi a de adaptação do termo. Ou seja, de como teóricos e estudiosos em determinadas áreas partiram de Kuhn e adaptaram o conceito de paradigma de modo que ele pudesse ser aplicável às respectivas áreas e aos objetos de estudos. É o caso dos pesquisadores Jean Charron e Jean de Bonville (2016), que adaptaram o conceito de paradigma para o jornalismo e criaram uma teoria a respeito disso, como veremos em detalhes mais adiante.

A segunda situação é a de apropriação e reconstrução do termo. Ou seja, como alguns estudiosos e teóricos partiram da ideia de paradigma e deram a ela novos sentidos. É o caso de Alain Touraine (2007), com o chamado “paradigma cultural”, e também de Edgar Morin. Touraine dedica-se à compreensão das representações da vida coletiva e privada. Segundo o autor, a sociedade vivia sob um “paradigma político”, que foi superado por um “paradigma econômico”. Touraine observa que esses modos de ver o mundo não são mais suficientes diante de uma sociedade em que a cultura passou a ser preponderante na compreensão das estruturas, e era preciso formular um “novo paradigma”. Touraine (2007) define paradigma como um instrumento a serviço da ordem dominante, mas que



também abre espaços para construções de pensamentos opostos e de resistência. O paradigma, portanto, é percebido como uma dimensão macro dos discursos e das ideologias.

Edgar Morin (2000), por sua vez, diz que o conhecimento é baseado no erro, nos desafios e nas incertezas, uma vez que ele é o processo de tradução e reconstrução do mundo por meio da linguagem e do pensamento. Ou seja, o conhecimento é uma percepção e não traduz as coisas da forma como elas são de fato. O conhecimento científico seria uma ferramenta para detectar tais desacertos. Contudo, os paradigmas que controlam a ciência também podem desenvolver ilusões e não estão imunes ao erro. Assim, entendemos que Morin se associa ao pensamento kuhniano, mas faz outra leitura do que seria o paradigma, porque relaciona o conceito não apenas à ciência, mas à própria compreensão humana sobre as coisas que estão ao redor.

Paradigma, segundo Morin (2000), é a promoção/seleção dos conceitos-mestres da inteligibilidade. Faz-se necessário criar um “paradigma do paradigma”, conforme a obra *O paradigma perdido* (MORIN, 1973). É uma noção estruturante das ideias que estão integradas ou que são rejeitadas no discurso ou na teoria. “O paradigma efetua a seleção e a determinação da conceptualização e das operações lógicas. Designa as categorias fundamentais da inteligibilidade e opera o controle de seu emprego” (MORIN, 2000, p. 25). O paradigma é uma estrutura psíquica, que atua em nível subconsciente, mas que “irriga” o consciente. É uma instância que está inscrita culturalmente no indivíduo.

4 Paradigmas do jornalismo

Jornalismo é uma ciência? Kovach e Rosenstiel (2014) vão dizer que o jornalismo é um sistema que as sociedades geram para saber informações do que está acontecendo e do que está por vir. O pesquisador português Nelson Traquina (2005), embora evite fechar o conceito, alinha-se às ideias do francês Pierre Bourdieu e defende o jornalismo como uma atividade intelectual, feita por profissionais



que partilham de discursos, que recortam a realidade de uma certa maneira, de acordo com os cenários políticos e socioeconômicos nos quais estão inseridos, visão também compartilhada por Jorge Pedro Sousa (2006).

Para Barbie Zelizer (1993), o jornalismo é como uma comunidade interpretativa unida pelo discurso compartilhado e pelas interpretações coletivas em eventos-chaves. Charron e De Bonville (2016) vão definir o jornalismo como uma prática discursiva pela qual se produz o “jornal”. Mark Deuze e Tamara Witschege (2018, p. 167) vão propor uma definição dinâmica do jornalismo como um sistema social que se auto-organiza por meio das coalizões entre participantes interligados a vários outros sistemas. É também um campo em que a materialidade não pode ser distinta da *práxis*: como o jornalista é o que ele faz, não pode ser separado dos contextos materiais e sócio-históricos.

Todas essas definições são fragmentos que podem ser usados para a compreensão da complexidade do objeto em questão. Jornalismo não é ciência. O conhecimento jornalístico parte do senso comum, como a ciência. Contudo, diferente dela, incide sobre um limitado espaço-tempo, que gera um conjunto de informações igualmente limitado. Essas informações dizem respeito a referentes típicos da atividade: as instituições e os integrantes dessas esferas (CHARRON; De BONVILLE, 2015). O jornalismo, como conhecimento, portanto, tende a permanecer em um lugar entre a ciência e o senso comum. Trata-se de um discurso entendido como especializado, apurado, mesmo que isso também seja sempre colocado em xeque, não apenas pelos estudiosos, mas também pela própria sociedade.

O jornalismo é um campo de atuação em que os participantes o praticam sob um conjunto de convenções não necessariamente escrito, mas que é conhecido e transmitido entre os membros da comunidade. Ele se molda sob bases funcionais, normativas, instrumentais, políticas, econômicas, sociais, organizacionais e discursivas. As mais diversas configurações e convenções na qual o ser mutante jornalismo é construído podem ser traduzidas em paradigmas, no sentido que diz muito mais



sobre as apropriações do senso comum (especialmente no que concerne aos modelos identificados pelas práticas), e que foge dos princípios kuhnianos.

Em uma rápida checagem nos estudos das teorias do jornalismo, percebemos que a palavra “paradigma”, tal como a palavra “modelo”, é amplamente utilizada pelos estudiosos da área. Jorge Pedro Souza (2006) não assume a palavra paradigma, mas usa “modelo” para fazer um panorama dos diferentes tipos de práticas jornalísticas, que caberiam em cinco modelos: autoritário, ocidental, comunista, desenvolvimentista e revolucionário. O autor português assim o faz com base nos estudos do teórico britânico Denis McQuail (1983), que trabalha com o conceito de paradigma ocidental dominante na teoria de comunicação de massa. McQuail reafirma esses preceitos em artigos posteriores, como em *Media policy paradigms shifts*, publicado em 2003 em parceria com Jan Van Culeinburg, e *As reflexões das mudanças de paradigmas nos estudos das teorias da comunicação*, de 2013.

O pesquisador estadunidense Shelton Gunaratne (2009) parte do pressuposto de que existe um paradigma dominante do jornalismo ocidental para fazer contraposições ao paradigma do jornalismo budista proposto pelo jornalista estadunidense Doug McGill, que seria uma prática com forte enfoque moral, ético e altruísta no tratamento das notícias. A pesquisadora britânica Karin Wahl-Jorgensen (2014) vai sugerir que existem paradigmas para coberturas jornalísticas. Melissa Wall (2004) coloca os blogs também como um novo paradigma de notícia.

Luiz Gonzaga Motta (2005) explica que há dois paradigmas principais sobre estudos do jornalismo. Embora ele aplique as categorias à realidade dos estudos brasileiros, essa é uma percepção que também pode ser usada nos estudos de jornalismo no mundo. Motta classifica o paradigma de estudo mais hegemônico como “midicêntrico”, e o contra-hegemônico como “sociocêntrico”. O primeiro costuma forçar o diálogo de influências distintas como o marxismo,



estruturalismo e funcionalismo. Observa o jornalismo como uma organização que dita visões de mundo de forma autoritária a partir de uma cultura profissional, institucional e de critérios de mercado.

O paradigma contra-hegemônico não nega o lugar privilegiado do jornalismo frente à sociedade, mas o pondera como um campo influenciado por uma polissemia de vozes sociais, culturais e econômicas que se confrontam em processos dialéticos. O jornalista, no paradigma contra-hegemônico, reconhece a atividade que influencia e se deixa influenciar pela sociedade. Por isso mesmo que, envolto nesse ambiente dinâmico, o jornalismo está constantemente se sujeitando a inúmeras negociações com os leitores, com as fontes, com os investidores, com as instituições etc.

Ademais é importante citar as epistemologias da objetividade e da subjetividade no jornalismo, que são tratadas como paradigmas. Seguindo a lógica de objetividade dentro de uma perspectiva positivista, o paradigma da objetividade foi debatido sobretudo no início do século XX pelo pesquisador estadunidense Walter Lippman, na obra *Opinião Pública*, de 1922. Lippman (1922) defende que a apuração jornalística deve ser amparada por um método objetivo e imparcial, que inclui a verificação dos fatos, de modo que a informação chegue ao público da forma mais transparente possível.

Embora *Opinião Pública* tenha sido uma obra de grande impacto no campo, incidindo sobre as práticas no interior das redações, a aplicação dela limitou-se ao desenvolvimento de uma prática textual-discursiva técnica que, não raro, provoca distorções quanto aos fatos noticiados. As críticas ao emprego da objetividade no jornalismo começaram ainda nos anos 1930, e culminaram no nascimento do chamado *New Journalism*, nos anos 1960, que trazia a subjetividade como principal bandeira.

É importante dizer que as discussões sobre a objetividade/subjetividade ainda não foram superadas dentro dos estudos do jornalismo. Para Liriam Sponholz (2003), a objetividade é uma teoria do conhecimento. A autora explica que existe diferença entre objetividade em jornalismo e objetividade jornalística. O primeiro caso é a relação e a aproximação entre as realidades sociais e midiáticas. O



segundo caso fala do conjunto de normas e regras que o jornalismo precisa seguir para observação da realidade.

Sobre o segundo caso, a autora dialoga com Walter Lippmann e Charles Merz (1920). Os autores analisaram a cobertura feita pelo *The New York Times* à Revolução Russa (1917) e apontaram que distorções nos fatos teriam sido geradas devido ao envio de um profissional despreparado, o qual teria feito julgamentos equivocados a respeito do que testemunhou. Para Lippmann, “esforços honestos” não são suficientes na construção da reportagem. Uma forma defendida por ele para que os erros fossem minimizados era que o jornalismo deveria abraçar o espírito científico, ou seja, pensar metodologicamente para relatar a realidade. É quando a objetividade entra no dicionário da profissão.

Desde Lippmann, na década de 1920, que o conceito de objetividade é discutido e rediscutido nos estudos do jornalismo por autores como Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2014), que relaciona a objetividade a um exercício de apuração. Alsina (2009) chega à conclusão de que o significado de objetividade varia com o tempo e com a região, logo, este é um conceito social. Michael Schudson (2010) resume objetividade como uma crença nos fatos, desconfiança nos valores e um compromisso com a separação de ambos. Contudo, o próprio Schudson (2018) pensa que o conceito de objetividade está aí, que ele propõe que o termo seja conciliado com a noção de transparência, que ele considera mais honesto na prática jornalística. A objetividade pode ser considerada, portanto, como um paradigma em constante crise.

5 Paradigma de transformação do jornalismo

Embora teóricos da comunicação, como Denis McQuail, situem Thomas Kuhn para justificar o uso do paradigma, percebemos que publicações posteriores e derivadas impõem distanciamentos cada vez maiores à obra de origem. O conceito de paradigma em muitos dos estudos do jornalismo, sobretudo sobre as práticas jornalísticas, está posto. É uma palavra aparentemente com sentido claro,



universalmente entendido. Perceba a gravidade: quando um conceito atrelado a uma proposta epistemológica se distancia a perder de vista do sentido original, ele perde o significado. Qual o sentido de se falar em paradigma ser uma palavra que pode ser aplicada a qualquer coisa? Exatamente assim: virou “coisa” que é aplicável a qualquer “coisa”, inclusive na ciência.

O ponto atraente na obra *Natureza e Transformação do Jornalismo*, dos estudiosos canadenses Jean Charron e Jean De Bonville (2016), é que a figura de Thomas Kuhn é resgatada, e o conceito de paradigma é adaptado para a compreensão do jornalismo. Da mesma maneira que Kuhn não tinha a pretensão de construir modelos normativos para fazer ciência, mas entender os processos que levam às práticas científicas serem como são, Charron e De Bonville vão fazer o mesmo na compreensão do jornalismo.

Os autores entendem que aplicar o paradigma de Kuhn ao jornalismo seria universalizá-lo de alguma maneira (apesar de que nesse ponto eu acredite que eles também fizeram interpretações equivocadas de Kuhn, pois o paradigma não afirma que a ciência é uma só). O que interessa a eles sobre o uso do conceito é “a ideia de que a prática jornalística repousa sobre um conjunto de convenções (CHARRON; De BONVILLE, 2016, p. 67).

Paradigma jornalístico, segundo Charron e De Bonville (2016), é o sistema no qual funciona a atividade jornalística. A mudança desse é resultado das inúmeras mutações sucessivas na linguagem, nas inovações estéticas, na organização institucional, na economia que molda a sustentação do veículo, nas tecnologias aplicadas, nas práticas e nos valores culturais etc., que provocam alterações sistêmicas. Isso acontece porque o jornalismo está em constante transformação na linguagem, nas inovações estéticas, na organização, na economia que molda a sustentação do veículo, nas tecnologias aplicadas, nas práticas e nos valores culturais etc. As mutações dessas variáveis acumulam-se até o ponto em que transformam as regras da produção. É quando acontece a mudança do paradigma. Abrindo um parêntese, percebe-se aqui que esse processo tem a mesma lógica indicada por Kuhn



(1979) sobre a mobilidade e a dinâmica da ciência. A “ciência revolucionária” é o ponto de virada daquilo que já estava em deslocamento.

São quatro os paradigmas identificados por Charron e De Bonville (2016) na imprensa norte-americana: jornalismo de transmissão, de opinião, de informação e de comunicação. De maneira geral, o jornalismo de transmissão, nascido no final do século XVIII, é caracterizado pelo direcionamento do conteúdo feito pelo editor ao público leitor. Por ser o paradigma mais antigo, a periodicidade dos jornais costuma ser mais esparsa (mensal a semanal) devido à tecnologia e aos modos de produção ainda rudimentares. A realidade se impõe discursivamente de maneira evidente e imutável. O jornalismo de opinião, predominante no século XIX, caracteriza-se pela polarização de ideais e de opiniões em torno de interesses de grupos políticos, patrocinadores e outras entidades que fundam e sustentam o veículo. A periodicidade tende a ser semanal e o discurso sobre a realidade concorda com uma ordem social e institucional.

O jornalismo de informação, nascido no fim do século XIX, introduz a produção diária em que os fatos do cotidiano devem ser abordados de maneira rápida. Por conseguinte, a concorrência torna-se um fator a ser enfrentado. Passa a existir a necessidade de apresentar conteúdos de forma mais atraente para um público leitor-consumidor. O jornalismo de comunicação, que estabelece o paradigma atual, nasce em um ambiente midiático de hiperconcorrência, em que o tempo da notícia deixa de ser diário e torna-se simultâneo. O real é relativizado (cria-se algo a partir do real), e os jornalistas passam a ser também personagens, rostos que também são consumidos juntamente com a notícia.

Não quer dizer, no entanto, que esses paradigmas se reproduzem da mesma maneira e na mesma época que em outras partes do mundo, pois cada lugar tem características próprias que influenciam na prática jornalística. É possível, contudo, verificar tais transformações utilizando as mais diferentes perspectivas: das práticas profissionais, da identidade dos jornalistas, da economia e dos

investimentos, das ferramentas (tecnologias), das discursivas, das mudanças sociais, das negociações políticas, dos marcos regulatórios etc.

6 Considerações finais

Na visão popularizada por Thomas Kuhn (1998), é entendido como paradigma o conjunto de epistemologias, conceitos e métodos aceitos por uma determinada comunidade, os quais vão estruturar o pensamento científico desse mesmo grupo. Kuhn, no entanto, não conceituou os paradigmas tendo em vista as ciências sociais, nem o jornalismo. Contudo, a ideia de pensar em uma estrutura com conceitos e métodos era atraente para os pensadores sociais, que usaram e problematizaram o conceito de Kuhn para o legitimar como ciência, ou dar um caráter científico para certas áreas, como a política, a história e a comunicação. O jornalismo também utilizou o fato de possuir e se apropriar de epistemologias e metodologias para dar caráter de ciência ao campo, mesmo sendo uma prática social e um tipo de conhecimento que se aproxima do senso comum.

Walter Lippmann e Charles Merz (1920) foram os primeiros a propor um caráter metodológico à produção de notícias e de reportagens, introduzindo o “paradigma” da objetividade. Motta (2005), já pensando no campo acadêmico, relacionou o conceito de paradigmas à natureza de um conjunto de estudos de jornalismo. Já os canadenses Jean Charron e Jean De Bonville (2016) se apropriaram efetivamente do conceito de Kuhn para teorizar os paradigmas do jornalismo como algo que demarca as práticas jornalísticas dentro de um contexto sócio-histórico.

Todo esse trajeto percorrido do paradigma de Thomas Kuhn até o paradigma de Charron e De Bonville mostra que até mesmo um conceito nunca é permanente, e que este pode ser moldado de diferentes maneiras nas mais variadas áreas do saber.

Referências

ALSINA, Rodrigo Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009



- ASSIS, J. de P. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 7, n. 19, p. 133-164, dec. 1993.
- CHARRON, J; DE BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.
- CUILENBURG, J. v.; McQUAIL, D. Media policy paradigms shifts. **European Journal of Communication**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 181-207, jun. 2003.
- GUNARATNE, S. A. Buddhist goals of journalism and new paradigm. **Javnost-The Public**, [S. l.], v. 2, n. 16, p. 61-76, nov, 2009.
- DEUZE, M.; WITSCHGE, T. Beyond journalism: theorizing the transformation of journalism. **Journalism**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 165-181, feb. 2018.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **The elements of journalism: what newspeople should know and the public should expect**. New York: Three Rivers Press, 2014.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- KUHN, Thomas S. Reflexões sobre meus críticos. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**: quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em 1965. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LIPPIMAN, W.; MERZ, C. A test of the news. **The New Republic**. [S. l.], v. 23, n. 296, aug. 1920.
- MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- McQUAIL, D. **McQuail's mass communication theory**. New York: Sage, 1983.
- MORIN, Edgar. **O paradigma perdido**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.
- MOTTA, L. G. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, [S. l.], v. 1, n. 7, abr. 2005.
- PERRY, N. A comparative analysis of 'paradigm' proliferation. **British Journal of Sociology**, [S. l.], v. 1, n. 28, p. 38-50, mar. 1977.
- POPPER, K. A ciência normal e seus perigos. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**: quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em 1965. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, São Paulo, maio/ago. 1988. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40141988000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 22 abr. 2021.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SCHUDSON, Michael. **Why journalism still matters**. Cambridge: Polity Press, 2018.
- SILVA NETO, S. de A. O que é paradigma?. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 2, n. 45, p. 345-354, out. 2011.
- SOUSA, J. P. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Biblioteca On Line das Ciências da Comunicação, 2006.



SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, v. 10, n. 21, p. 110-120, agosto. 2003.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para conhecer o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2007.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo vol.1: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

WAHL-JORGENSEN, K. Is WikiLeaks challenging the paradigm of journalism? Boundary work and beyond. **International Journal of Communication**, [S. l.], v. 8, p. 2581-2592, 2014.

WALL, Melissa. Blogs as black market journalism: A new paradigm for news. **Interface: The Journal of Education, Community and Values**. [S. l.], v. 4, n. 2, 2004. Disponível em: <http://bcis.pacificu.edu/journal/2004/01/edit.php>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ZELIZER, Barbie. Journalist as interpretative communities. **Critical Studies in Mass Communication**, [S. l.], v. 3, n. 10, p. 219-237, 1993.